

## **93% da atividade legislativa dos vereadores do Rio de Janeiro é irrelevante para a cidade.<sup>1</sup>**

De um total de 2.978 proposições apresentadas entre 2005 e 2008 pelos vereadores que se encontram em exercício na Câmara Municipal carioca, 1.572 foram aprovadas; no entanto, apenas 209 das propostas que se tornaram lei se referiam a assuntos com impacto sobre a vida e a administração da cidade. Isso resulta numa taxa de relevância (projetos relevantes aprovados em relação ao total de projetos apresentados) de 7%.

As demais 93% proposições ou não foram aprovadas ou, se aprovadas, diziam respeito a homenagens, concessão de medalhas, fixação de datas comemorativas e outros assuntos irrelevantes.

Fazendo o mesmo cálculo para cada um dos vereadores, a média de produtividade relevante dos integrantes da Câmara foi de apenas 9,4%. Nenhum deles ultrapassou a marca de 26% e quatro não tiveram aprovado nenhum projeto relevante.

Fechando a atenção sobre as 1.572 proposições aprovadas, as 209 relevantes corresponderam a apenas 13%. As restantes 87% (1.363 projetos acolhidos pelos vereadores) tratavam de assuntos irrelevantes para a vida da coletividade.

Desde o início da atual legislatura, os vereadores cariocas formularam um total de 1.612 proposições que diziam respeito à nomeação de logradouros, à definição de datas comemorativas, à concessão de medalhas e títulos de cidadania e outras irrelevâncias.

Como 1.363 dessas propostas vazias de conteúdo foram aprovadas, isso significa uma taxa de sucesso de quase 85% para esse tipo de proposição. Já para os 1.366 projetos dotados de alguma relevância submetidos pelos vereadores, a taxa de aprovação foi de apenas 15%.

Em contraste, o poder Executivo submeteu 100 projetos de lei à Câmara de Vereadores, todos relevantes, obtendo aprovação de 59 deles – uma taxa de aprovação quase quatro vezes maior do que a observada para os projetos de autoria dos vereadores, uma disparidade que demonstra a submissão do Legislativo ao Executivo.

Para 49 dos 50 vereadores as irrelevâncias acolhidas por seus pares superaram os projetos com alguma relevância que tiveram promulgados.

Ver em [www.excelencias.org.br/@pls.php](http://www.excelencias.org.br/@pls.php) a lista completa dos projetos apresentados por cada vereador, a sua classificação temática e o texto das proposições.

---

<sup>1</sup> Direção: Claudio Weber Abramo (diretor executivo). Coordenação: Fabiano Angélico (coordenador de projetos). Participaram Bianca Vaz Mondo, Juliana Sakai, Rodolfo Vianna, Marcelo Issa, Renata Carone e Rodrigo Vazquez. Colaboraram Bruno Britto e Gustavo Ferrari.

A Transparência Brasil recolhe todos os projetos apresentados pelos vereadores em exercício no Rio de Janeiro e os inclui nas fichas de cada parlamentar constantes de seu projeto Excelências ([www.excelencias.org.br](http://www.excelencias.org.br)). Os projetos são examinados um a um e classificados em categorias temáticas. As categorias, por sua vez, são divididas em duas famílias: relevantes e irrelevantes. Consideram-se irrelevantes os seguintes tipos de projetos de lei: homenagens a pessoas e instituições, batismo e rebatismo de logradouros, símbolos (atribuição de bandeiras, brasões etc. a entes diversos), designação de cidades-irmãs e inclusão de datas comemorativas no calendário oficial do município.

A partir dessa classificação é possível construir um indicador de relevância da atividade de cada vereador. Existem muitas formas de fazer isso. Optou-se por valorizar as proposições relevantes aprovadas, determinando-se a sua porcentagem em relação a todos os projetos apresentados por cada vereador. Isso produz um índice de relevância da atividade legislativa de cada um. A tabela seguinte traz os resultados.

Vereador	Índice de relevância
Aloisio Freitas	25,5%
Sami Jorge	22,2%
Luiz Humberto	22,0%
Cláudio Cavalcanti	20,5%
Jorge Pereira	20,0%
Rosa Fernandes	18,8%
Chiquinho Brazão	15,5%
Márcio Pacheco	14,9%
Andrea Gouvêa Vieira	14,3%
Jorginho da SOS	14,3%
Aspásia Camargo	14,0%
Renato Moura	13,6%
Liliam Sá	13,4%
Stepan Nercessian	13,1%
Dr. Jairinho	12,6%
Nadinho de Rio das Pedras	12,6%
Argemiro Pimentel	12,5%
Eliomar Coelho	11,6%
Charbel Zaib	11,1%
Carlo Caiado	10,8%
Jorge Felipe	9,9%
Rubens Andrade	9,7%
Teresa Bergher	9,3%
Carlos Bolsonaro	9,1%
Paulo Cerri	8,9%

Vereador	Índice de relevância
Pastora Marcia Teixeira	8,6%
Lucinha	8,3%
Verônica Costa	8,3%
Cristiane Brasil	7,8%
Wanderley Mariz	7,3%
Théo Silva	7,1%
Luiz Antonio Guaraná	6,7%
Luiz Carlos Ramos	6,7%
Jerominho	5,9%
Patrícia Amorim	5,9%
Silvia Pontes	5,0%
Dr. Carlos Eduardo	5,0%
Leila do Flamengo	4,9%
Adilson Pires	4,3%
Alexandre Cerruti	3,8%
S. Ferraz	3,8%
Jorge Mauro	3,0%
Nereide Pedregal	3,0%
Dr. Nelson Ferreira	2,9%
João Cabral	1,9%
Rogério Bittar	1,5%
Roberto Monteiro	0,0%
Wilson Leite Passos	0,0%
Alberto Salles	0,0%
Luiz André Deco	0,0%

A média dos índices de relevância legislativa dos vereadores é de apenas 9,4%. Ou seja, sob o ponto de vista da produtividade legislativa, 90,6% da atividade legislativa do vereador médio carioca não tem efeito sobre a comunidade.

<p><b>Informações publicadas no projeto Excelências sobre cada político:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Histórico político e profissional;</li> <li>• Ocorrências na Justiça e Tribunais de Contas;</li> <li>• Menções no noticiário sobre corrupção publicado na imprensa escrita;</li> <li>• Patrimônio declarado à Justiça Eleitoral.</li> <li>• Doações eleitorais declaradas.</li> </ul>	<p><b>Quando a informação é disponível na Casa a que o político pertence:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assiduidade em sessões plenárias e de Comissões;</li> <li>• Uso de verbas indenizatórias;</li> <li>• Viagens realizadas;</li> <li>• Diárias recebidas;</li> <li>• Emendas ao Orçamento (só Congresso).</li> </ul>	<p><b>Dados agregados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocorrências na Justiça e Tribunais de Contas;</li> <li>• Quem falta mais;</li> <li>• Bancadas: Ruralistas, Evangélicos, Concessionários de rádio e TV, Proprietários de escolas, Sindicalistas, Policiais.</li> <li>• Variações patrimoniais.</li> <li>• Uso de verbas de gabinete.</li> <li>• Relação entre doações eleitorais e patrimônio declarado.</li> <li>• Produção legislativa.</li> </ul>
---	--	---

Evidentemente, a Transparência Brasil exerce uma escolha ao considerar irrelevante uma proposição legislativa no sentido (por exemplo) de homenagear alguém com o título de cidadão carioca. A pessoa homenageada pode, aos olhos de uma parcela da comunidade, ser amplamente merecedora da honraria. Além disso, o ato simbólico pode ter um significado que transcende a simples homenagem.

Contudo, a relevância da homenagem para a coletividade mais ampla é questionável – particularmente quando as comendas, batismos de ruas e outras proposições desse tipo constituem a maioria das decisões da Câmara. Foi com base dessas considerações que se tomou a opção de considerá-las irrelevantes.

Por outro lado, classificar um projeto de lei como “relevante” não representa um juízo a respeito de seu mérito. Um projeto, embora “relevante” porque se refere a assunto que tem impacto sobre a comunidade, pode ser despropositado.

Na organização dos projetos de lei, eles são associados aos vereadores expressamente mencionados como autores. Dessa forma, nos casos de múltipla autoria, cada projeto conta nas estatísticas de todos os seus autores. Nos casos em que o registro de autoria é “Fulano de Tal e outros” a proposição é atribuída somente ao vereador “Fulano de Tal”. Como o mesmo projeto de lei pode ser alocado a mais do que um vereador, a soma dos projetos atribuídos aos vereadores é maior do que o total dos projetos.

Há uma categoria denominada “Miscelânea”, que inclui: a) projetos que recaem em mais de uma das classificações temáticas; b) e os que não recaem em nenhuma das demais categorias.

## Relação custo/benefício

Os resultados da produção legislativa dos vereadores cariocas colocam em questão a relação custo/benefício da Câmara de Vereadores.

A Constituição de 1988 prevê importantes funções a serem exercidas pelos vereadores. Além de fiscalizar o Executivo municipal – algo que as Câmaras Municipais de modo geral não fazem, porque são cooptadas pelo prefeito através do loteamento da administração entre os partidos políticos –, o vereador deve legislar sobre tributos locais (IPTU, ISS, taxas), orçamentos anuais e plurianuais e concessões de serviços públicos, entre outras responsabilidades.

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro tem um orçamento para 2008 de pouco mais de R\$ 298 milhões (o que significa R\$ 5,97 milhões por cadeira de vereador), tornando-a uma das Casas legislativas mais caras do mundo para o bolso do cidadão.<sup>2</sup>

Apesar de todo esse dinheiro, a Câmara carioca informa pouquíssimo sobre seu funcionamento. Não se sabe quanto os vereadores recebem a título de ressarcimento de despesas pretensamente incorridas no exercício do mandato (como a cota de gasolina a que têm direito), se viajam e para quê, quanto gastam nisso, quem são seus “assessores” (na verdade cabos eleitorais pagos com dinheiro público), quantos funcionários são concursados e quantos são nomeados livremente pelos vereadores e assim por diante.

Por outro lado, a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro é das poucas que dá conta da frequência de seus integrantes às sessões plenárias. Verifica-se que, em média, os vereadores do Rio de Janeiro faltam a 21% das sessões. Os campeões de faltas:<sup>3</sup>

Vereador	% de faltas
Jorge Pereira (PT do B)	63%
Jerominho (PMDB)	59%
Renato Moura (PTC)	46%
Dr. Jairinho (PSC)	42%
Théo Silva (PMDB)	39%
Charbel Zaib (PDT)	38%
Wilson Leite Passos (PP)	36%
Lilíam Sá (PR)	35%
Cristiane Brasil (PTB)	30%

O vereador Jerominho encontra-se na cadeia há vários meses, mas a despeito disso a Câmara o mantém em exercício. É irônico que, devido à omissão de seus colegas na proposição de medidas significativas para a administração da cidade, Jerominho apareça em duas listas de vereadores com mais projetos em áreas relevantes (ver adiante).

## Predileção pela irrelevância

Nada menos de 1.612 proposições formuladas pelos vereadores cariocas, ou mais de 54% do total de 2.978 apresentadas por eles, versavam sobre assuntos sem relevância para a vida da cidade. Diziam respeito à concessão de medalhas, títulos de cidadão honorário, fixavam datas comemorativas diversas, batizavam logradouros, escolas, espaços públicos e assim por diante.

Mais grave do que a elevada proporção dos projetos irrelevantes foi a taxa de sucesso na promulgação desse tipo de proposição: dos 1.612 projetos irrelevantes propostos, 1.363 foram aprovados (portanto, uma eficiência de 84,6%). Em contraste, dos 1.366 projetos que tratavam de temas relevantes, apenas 209 (15,3%) foram promulgados. Com isso, do total de 1.572 projetos de autoria dos vereadores em exercício que foram promulgados, 86,7% diziam respeito a irrelevâncias e apenas 13,3% se referiam a assuntos com impacto na vida da cidade. A distribuição pelas categorias foi a seguinte:

<sup>2</sup> Ver os estudos comparativos da Transparência Brasil sobre os custos do legislativo em [www.excelencias.org.br/parlamentos.pdf](http://www.excelencias.org.br/parlamentos.pdf), [orca-legislativo.pdf](http://www.excelencias.org.br/orca-legislativo.pdf) e [custoCasas2008.pdf](http://www.excelencias.org.br/custoCasas2008.pdf).

<sup>3</sup> Ver a lista completa da assiduidade dos vereadores cariocas ao trabalho em [www.excelencias.org.br/@casa.php?ft=1](http://www.excelencias.org.br/@casa.php?ft=1).

<b>Relevantes</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Todos</b>	<b>Promulgados</b>	<b>%</b>
Miscelânea	186	10	5,4%
Utilidade Pública	168	102	60,7%
Saúde	129	11	8,5%
Imóveis/Edificações/Zoneamento	111	5	4,5%
Comércio	81	3	3,7%
Deficientes	64	9	14,1%
Meio Ambiente	55	5	9,1%
Cultura	52	8	15,4%
Criança e Adolescente	49	6	12,2%
Transporte Público	40	1	2,5%
Trânsito	38	4	10,5%
Esporte	33	3	9,1%
Educação	32	3	9,4%
Cidadania	31	3	9,7%
Tombamento	30	0	0,0%
Vias Públicas	30	3	10,0%
Assuntos da Câmara	27	3	11,1%
Idosos	27	4	14,8%
Tributos	24	2	8,3%
Turismo	24	4	16,7%
Defesa Civil/Segurança	23	1	4,3%
Animais	21	5	23,8%
Jogos Panamericanos	21	6	28,6%
Cultos Religiosos	17	6	35,3%
Servidor Público	16	1	6,3%
Contas Públicas	13	1	7,7%
Alimentos/Nutrição	10	0	0,0%
Emprego	9	0	0,0%
Mulher	5	0	0,0%
<b>Totais</b>	<b>1366</b>	<b>209</b>	<b>15,3%</b>

<b>Irrelevantes</b>			
<b>Categoria</b>	<b>Todos</b>	<b>Promulgados</b>	<b>%</b>
Homenagens	1316	1256	95,4%
Datas Comemorativas	164	89	54,3%
Batismo de Logradouros	108	10	9,3%
Cidades Irmãs	22	8	36,4%
Simbologia	2	0	0,0%
<b>Totais</b>	<b>1612</b>	<b>1363</b>	<b>84,6%</b>

O exame das proposições submetidas por cada vereador (tenham sido ou não aprovadas) revela marcada predileção por assuntos sem importância. Dezoito dos 50 vereadores apresentaram mais projetos irrelevantes do que proposições relevantes.

Levando-se em conta só os projetos aprovados, a predileção pela irrelevância da Casa mostra-se ainda mais marcada nos números de cada parlamentar. Verifica-se que para 49 dos 50 vereadores, a quantidade de projetos úteis aprovada foi menor do que a dos inúteis. Para 27 deles a taxa de irrelevância aprovada situou-se acima do patamar dos 80%. A lista completa dos autores, ordenada em ordem decrescente pela porcentagem dos projetos irrelevantes aprovados, é a seguinte:

Vereador	Apresentados			Promulgados		
	Relevantes	Irrelevantes	% Irrel	Relevantes	Irrelevantes	% Irrel
<i>Alberto Salles</i>	11	16	59,3%	0	13	100,0%
<i>Luiz André Deco</i>	4	19	82,6%	0	19	100,0%
<i>Roberto Monteiro</i>	39	24	38,1%	0	21	100,0%
<i>Wilson Leite Passos</i>	16	13	44,8%	0	4	100,0%
<i>João Cabral</i>	18	35	66,0%	1	34	97,1%
<i>Alexandre Cerruti</i>	2	24	92,3%	1	24	96,0%
<i>Jorge Mauro</i>	68	66	49,3%	4	63	94,0%
<i>Rogério Bittar</i>	96	41	29,9%	2	30	93,8%
<i>S. Ferraz</i>	26	53	67,1%	3	44	93,6%
<i>Dr. Nelson Ferreira</i>	37	32	46,4%	2	27	93,1%
<i>Luiz Carlos Ramos</i>	13	47	78,3%	4	46	92,0%
<i>Nereide Pedregal</i>	78	57	42,2%	4	43	91,5%
<i>Patrícia Amorim</i>	22	46	67,6%	4	42	91,3%
<i>Leila do Flamengo</i>	40	63	61,2%	5	51	91,1%
<i>Dr. Carlos Eduardo</i>	41	59	59,0%	5	47	90,4%
<i>Silvia Pontes</i>	25	35	58,3%	3	26	89,7%
<i>Adilson Pires</i>	27	20	42,6%	2	14	87,5%
<i>Jerominho</i>	41	27	39,7%	4	27	87,1%
<i>Pastora Marcia Teixeira</i>	33	48	59,3%	7	46	86,8%
<i>Luiz Antonio Guaraná</i>	48	42	46,7%	6	35	85,4%
<i>Paulo Cerri</i>	39	73	65,2%	10	54	84,4%
<i>Cristiane Brasil</i>	50	53	51,5%	8	43	84,3%
<i>Carlos Bolsonaro</i>	17	16	48,5%	3	16	84,2%
<i>Théo Silva</i>	17	11	39,3%	2	10	83,3%
<i>Argemiro Pimentel</i>	27	37	57,8%	8	36	81,8%
<i>Verônica Costa</i>	35	25	41,7%	5	21	80,8%
<i>Rubens Andrade</i>	59	44	42,7%	10	40	80,0%
<i>Wanderley Mariz</i>	29	12	29,3%	3	11	78,6%
<i>Stepan Nercessian</i>	42	42	50,0%	11	40	78,4%
<i>Teresa Bergher</i>	64	43	40,2%	10	35	77,8%
<i>Jorge Felipe</i>	43	28	39,4%	7	23	76,7%
<i>Jorginho da SOS</i>	19	16	45,7%	5	16	76,2%
<i>Liliam Sá</i>	43	39	47,6%	11	35	76,1%
<i>Aspásia Camargo</i>	47	46	49,5%	13	41	75,9%

Vereador	Apresentados			Promulgados		
	Relevantes	Irrelevantes	% Irrel	Relevantes	Irrelevantes	% Irrel
<i>Lucinha</i>	32	16	33,3%	4	12	75,0%
<i>Renato Moura</i>	25	19	43,2%	6	18	75,0%
<i>Nadinho de Rio das Pedras</i>	48	39	44,8%	11	31	73,8%
<i>Sami Jorge</i>	13	23	63,9%	8	22	73,3%
<i>Eliomar Coelho</i>	52	34	39,5%	10	27	73,0%
<i>Charbel Zaib</i>	11	7	38,9%	2	5	71,4%
<i>Carlo Caiado</i>	106	61	36,5%	18	43	70,5%
<i>Rosa Fernandes</i>	15	17	53,1%	6	13	68,4%
<i>Andrea Gouvêa Vieira</i>	38	18	32,1%	8	15	65,2%
<i>Márcio Pacheco</i>	67	34	33,7%	15	26	63,4%
<i>Cláudio Cavalcanti</i>	27	12	30,8%	8	12	60,0%
<i>Jorge Pereira</i>	11	9	45,0%	4	6	60,0%
<i>Aloisio Freitas</i>	27	24	47,1%	13	19	59,4%
<i>Dr. Jairinho</i>	70	17	19,5%	11	15	57,7%
<i>Luiz Humberto</i>	37	22	37,3%	13	16	55,2%
<i>Chiquinho Brazão</i>	49	9	15,5%	9	6	40,0%

Ver em [www.excelencias.org.br/@pls.php](http://www.excelencias.org.br/@pls.php) a lista de todos os projetos apresentados pelos vereadores e o texto das proposições.

Em contraste com esse quadro, os vereadores cariocas aprovaram 59 dos cem projetos enviados à Câmara pelo prefeito César Maia – uma taxa que é quase quatro vezes maior do que a verificada para os projetos relevantes apresentados pelos próprios vereadores.

A exemplo do que acontece com a virtual totalidade das Casas Legislativas brasileiras, a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro não fiscaliza o Executivo. Se isso não bastasse, constata-se que legisla pouco e que tende a sacramentar o que quer o prefeito.

## Campeões por assuntos

**Homenagens.** Com um total de 1.316 proposições apresentadas (1.256 delas aprovadas, o que resulta na extraordinária taxa de aprovação de 95,4%), esta categoria temática é, de longe, a mais popular entre os vereadores cariocas. Trata-se de projetos que propunham a concessão de medalhas e diplomas, bem como a atribuição de títulos de cidadão honorário a indivíduos diversos. Os mais prolíficos nessa área foram (mostram-se também o total de projetos de lei propostos por eles e o porcentual do assunto sobre o total):

Vereador	Homenagens	Todos os projetos apresentados	%
<i>Jorge Mauro</i>	57	134	42,5%
<i>Paulo Cerri</i>	54	112	48,2%
<i>Dr. Carlos Eduardo</i>	52	100	52,0%
<i>Leila do Flamengo</i>	52	103	50,5%
<i>S. Ferraz</i>	50	79	63,3%
<i>Luiz Carlos Ramos</i>	45	60	75,0%

Vereador	Homenagens	Todos os projetos apresentados	%
<i>Aspásia Camargo</i>	43	93	46,2%
<i>Cristiane Brasil</i>	43	103	41,7%
<i>Carlo Caiado</i>	42	167	25,1%
<i>Pastora Marcia Teixeira</i>	41	81	50,6%

### Exemplos.

Projeto de Lei 846/2006, de Cristiane Brasil, declarando *persona non grata* no município do Rio de Janeiro o presidente da Bolívia Evo Morales.

Projeto de Decreto Legislativo 1261/2006, de Leila do Flamengo, Concedendo a Medalha dos Jogos Panamericanos ao Lions Club do Flamengo – **promulgado**.

Projeto de Decreto Legislativo 1442/2006, de Eliomar Coelho, concedendo a Medalha Pedro Ernesto à Rádio MEC – **promulgado**.

Projeto de Decreto Legislativo 3252/2008, de Luiz Humberto, concedendo a Medalha Pedro Ernesto, *post mortem*, a Joaquim Maria Machado de Assis – **promulgado**.

**Datas comemorativas.** Os vereadores do Rio de Janeiro apresentaram 164 projetos de inclusão de datas no calendário oficial do município, tendo obtido sucesso em 89 casos (54,3%). Trata-se de dedicar um dia (ou uma semana) a algum tema. Não foram incluídos nesta categoria projetos que detalhavam as atividades a serem desenvolvidas pela administração municipal nas datas em questão.

Vereador	Datas comemorativas	Todos os projetos apresentados	%
<i>Nereide Pedregal</i>	17	135	12,6%
<i>Paulo Cerri</i>	11	112	9,8%
<i>Márcio Pacheco</i>	11	101	10,9%
<i>Jorge Mauro</i>	8	134	6,0%
<i>Cristiane Brasil</i>	7	103	6,8%
<i>Sílvia Pontes</i>	7	60	11,7%
<i>Dr. Carlos Eduardo</i>	6	100	6,0%
<i>Carlo Caiado</i>	6	167	3,6%
<i>Rogério Bittar</i>	6	137	4,4%
<i>Charbel Zaib</i>	6	18	33,3%

### Exemplos.

Projeto de Lei 688/2006, do Dr. Jairinho, instituindo o Dia da Babá – **promulgado**.

Projeto de Lei 1189/2007, de Márcio Pacheco, incluindo no calendário oficial do município o evento “O Espírito Sopra Onde Quer”.

Projeto de Lei 1245/2007, de Leila do Flamengo, instituindo o Dia Municipal do Frescobol.

Clubes de futebol são alvo de intenso interesse dos vereadores. Assim, o PL1404/2007, de Rogério Bittar, institui o Dia do Bangu Atlético Clube e de seus torcedores; o PL 1081/2007, de

Leila do Flamengo (**promulgado**) incluiu no calendário comemorativo do Rio de Janeiro o Dia do Fluminense e dos Tricolores; o PL 1121/2007, de Patrícia Amorim (também **promulgado**) instituiu a Semana do Clube de Regatas do Flamengo; e o PL 1118/2007, de Roberto Monteiro (**promulgado**) incluiu no calendário comemorativo do Rio de Janeiro o Dia do Clube de Regatas Vasco da Gama e dos Vascaínos. Curiosamente, outro grande clube carioca, o Botafogo Futebol Clube, não foi brindado com nenhum Projeto de Lei comemorativo.

**Batismo de logradouros.** Em terceiro lugar na predileção dos vereadores (109 projetos, dos quais dez foram aprovados) esteve o batismo de logradouros e outros espaços públicos. Embora ruas precisem ter denominações, altas concentrações de projetos de lei destinados a isso podem indicar uso eleitoreiro, uma vez que pessoas e famílias que interessem eleitoralmente ao vereador são homenageadas por esse meio.

Vereador	Batismos	Todos os projetos apresentados	%
<i>Carlo Caiado</i>	14	167	8,4%
<i>Wilson Leite Passos</i>	6	29	20,7%
<i>Teresa Bergher</i>	6	107	5,6%
<i>Luiz Humberto</i>	6	59	10,2%
<i>Jorge Felipe</i>	5	71	7,0%
<i>Adilson Pires</i>	5	47	10,6%
<i>Lucinha</i>	5	48	10,4%
<i>Jorge Pereira</i>	5	20	25,0%

### Exemplos

Projeto de Lei 130/2005, de Leila do Flamengo, mudando o nome da Avenida Chile (centro do Rio), para Papa João Paulo II.

Projeto de Lei 974/2006, de Cristiane Brasil, dando o nome de Delírio da Zona Oeste a um viaduto.

Projeto de Resolução 74/2007, da Pastora Marcia Teixeira, denominando “Ala da Reforma Protestante Martinho Lutero” ao atual hall dos elevadores no 2º andar do prédio Presidente Eurico Gaspar Dutra no acesso ao Palácio Pedro Ernesto (sede da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro).

Projeto de Lei 1698/2008, de Andrea Gouvêa Vieira, dando o nome de Cesar Epitácio Maia à Cidade da Música.

Projeto de Lei 1716/2008, de Lucinha, alterando a denominação do Estádio Olímpico João Havelange para Arena Estelar Nilton Santos. A vereadora compensou no Projeto de Lei 1717/2008, alterando a denominação da Cidade dos Esportes para Cidade Olímpica João Havelange.

### Cidades-irmãs

Projetos de Lei da autoria de diferentes vereadores declaram o Rio de Janeiro “cidade-irmã” de localidades ao redor do mundo, como Arganda del Rey (lugarejo da Comunidade Autônoma de Madri, Espanha), a região do Lácio (Itália, **promulgado**), León (Nicarágua, **promulgado**), as

localidades portuguesas de Olhão, Vila Nova de Gaia e Coimbra (as duas últimas **aprovadas**), Puerto Varas (Chile), Havana (Cuba), Xangai e Shandong (China) e outras.

## Lacunas

É notório que a corrupção é um problema na administração das cidades brasileiras, e o Rio de Janeiro não escapa da regra. Apesar da eclosão periódica de escândalos envolvendo diferentes aspectos da administração, os vereadores cariocas parecem não se preocupar grandemente com a correção dos problemas ou com a criação de melhores condições de integridade no gerenciamento da cidade.

Iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento da integridade tanto do Executivo quanto do próprio Legislativo municipal não costumam ser promulgadas. Assim, por exemplo, a instituição de um código de ética e decoro parlamentar na Câmara, objeto do Projeto de Resolução 1 de 2005, de autoria de diversos vereadores, não foi adotada.

Da mesma forma, o Projeto de Resolução 60/2007, da vereadora Andrea Gouvêa Vieira, obrigando a Casa a publicar na Internet dados detalhados sobre a sua própria execução orçamentária, não foi acolhido pelos vereadores. O PR 58/2007, do vereador Carlo Caiado, instituindo um Portal da Transparência na Câmara, tampouco contou com o apoio da maioria dos vereadores. Idêntica sorte teve o Projeto de Lei 726/2006, de Stepan Nercessian, obrigando o Executivo a criar um Portal da Transparência.